

Alexandre de Moraes
André Luiz de Almeida Mendonça
Coordenadores

DEMOCRACIA E SISTEMA DE JUSTIÇA

Obra em homenagem aos 10 anos do
MINISTRO DIAS TOFFOLI
no Supremo Tribunal Federal

FORUM

ALEXANDRE DE MORAES
ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA

Coordenadores

DEMOCRACIA E SISTEMA DE JUSTIÇA

OBRA EM HOMENAGEM AOS 10 ANOS DO
MINISTRO DIAS TOFFOLI NO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL

Área específica

DIREITO MUNICIPAL

Público-alvo/consumidores

Comunidade jurídica em geral

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm
CÓDIGO: 10001661

O Município continua sendo a célula mais importante da República Federativa do Brasil, o que significa que seu estudo merece ser atualizado para que possa ajudar a todos que, de algum modo, se defrontam com situações que foram motivo de nossa meditação.

Consciente de tal patamar é necessário prosseguir dedicando minha atenção à matéria aqui tratada, de modo que possa contribuir para a construção de nosso Estado Democrático de Direito.

O13 Democracia e sistema de justiça: obra em homenagem aos 10 anos do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal/ Alexandre de Moraes, André Luiz de Almeida Mendonça (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2020.

696 p.; 17cm x 24cm
ISBN: 978-85-450-0718-0

1. Direito Constitucional. 2. Democracia. 3. Dias Toffoli. 4. Supremo Tribunal Federal. I. Moraes, Alexandre de. II. Mendonça, André Luiz de Almeida. III. Título.

CDD 342
CDU 341.2

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MORAES, Alexandre de; MENDONÇA, André Luiz de Almeida (Coord.). *Democracia e sistema de justiça: obra em homenagem aos 10 anos do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 696 p. ISBN 978-85-450-0718-0.

Alexandre de Moraes

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Doutor e Livre-Docente pela Universidade de São Paulo. É Professor associado da FDUSP e titular pleno do Mackenzie. Foi Promotor de Justiça em São Paulo, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Secretário Estadual de Segurança Pública do Estado de São Paulo e Secretário Estadual de Justiça do Estado de São Paulo.

André Luiz de Almeida Mendonça

Advogado da União. Ocupa o cargo de Advogado-Geral da União desde 1º.1.2019. Doutor em Estado de Direito e Governança Global pela Universidade de Salamanca, Espanha, e Professor do mesmo Programa de Doutorado. Foi Assessor Especial do Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

| | |
|----------------------------------|----|
| RICARDO LEWANDOWSKI | 19 |
|----------------------------------|----|

APRESENTAÇÃO

| | |
|--|----|
| ALEXANDRE DE MORAES, ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA | 23 |
|--|----|

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO COMO CURADOR DA NORMA: CONSTITUCIONALIDADE, EXCEPCIONALIDADES E DESIGNAÇÃO DE ADVOGADO DA UNIÃO *AD HOC*

| | |
|--|----|
| ADRIANO MARTINS DE PAIVA | 25 |
| 1 Introdução | 25 |
| 2 Os limites constitucionais da curadoria da lei – Resgate histórico da interpretação do STF do §3º, do art. 103, da CF/88 | 27 |
| 3 A avaliação da doutrina dos precedentes do Supremo Tribunal Federal na interpretação do §3º, art. 103, da CF/88 | 35 |
| 4 Superação do conflito aparente com a designação de defensor <i>ad hoc</i> | 39 |
| 5 Conclusão | 43 |
| Referências | 44 |

SEPARAÇÃO DE PODERES E O CONTROLE JUDICIAL NA CONCESSÃO DO INDULTO

| | |
|--|----|
| ALEXANDRE DE MORAES | 47 |
| 1 Introdução. O instituto do indulto na tripartição de poderes | 47 |
| 2 Poder Executivo e concessão do indulto | 48 |
| 3 Natureza jurídica do indulto | 49 |
| 4 Limites na discricionariedade na concessão do indulto: crimes contra Administração Pública e corrupção | 57 |
| 5 Controle jurisdicional do Poder Executivo de indultar | 58 |
| 6 Conclusão | 62 |
| Referências | 62 |

AS REDES SOCIAIS E A ÉTICA NA MAGISTRATURA

| | |
|--|----|
| ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA | 65 |
| Introdução | 65 |
| Atuação do juiz nas redes sociais | 66 |
| Exercício da liberdade de expressão | 67 |
| Investidura no cargo de juiz | 68 |
| Princípios que informam a conduta do juiz | 68 |
| Relacionamento nas redes sociais | 69 |
| Os meios normativos que dispomos para regular a participação dos magistrados nas redes sociais | 70 |
| Considerações finais | 71 |

BASES PARA A COMPREENSÃO SISTÊMICA DA CORRUPÇÃO

| | |
|--|----|
| ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA | 73 |
| Introdução | 73 |
| 1 Perspectiva histórica da corrupção: um problema atual, uma história antiga | 74 |
| 2 A compreensão transdisciplinar da corrupção | 77 |
| 3 Parâmetros funcionais básicos para a prevenção e combate à corrupção | 79 |
| 4 As novas bases estruturais das organizações criminosas | 81 |
| 5 Bases para a compreensão sistêmica da corrupção | 83 |
| 5.1 Um sistema transdisciplinar | 83 |
| 5.2 Um sistema interconectado | 85 |
| 5.3 Um sistema comunicativo | 87 |
| Conclusões | 88 |
| Referências | 89 |

O PODER DE INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

| | |
|---|-----|
| ANDRÉ LUIZ NOGUEIRA DOS SANTOS, ALEXANDRE FREIRE | 93 |
| 1 Introdução | 93 |
| 2 O Ministério Público e o regime constitucional da investigação criminal..... | 94 |
| 3 O poder de investigação do Ministério Público e o seu controle parametrizado no RE nº 593.727-RG..... | 101 |
| 4 Considerações finais | 103 |
| Referências..... | 104 |

A CONTRIBUIÇÃO DO MINISTRO DIAS TOFFOLI NA FORMAÇÃO DA MODERNA JURISPRUDÊNCIA DO STF EM MATÉRIA DE DIREITO ELEITORAL (PROPAGANDA ELEITORAL, DIREITO DE ANTENA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA)

| | |
|---|-----|
| CARLOS VIEIRA VON ADAMEK, MÁRCIO ANTONIO BOSCARO | 105 |
|---|-----|

LA NECESARIA PUBLICACIÓN DE LAS AGENDAS PROFESIONALES DE ALTOS DIRECTIVOS DEL ESTADO: UN ANÁLISIS DESDE LA PERSPECTIVA DE LA REGENERACIÓN DEMOCRÁTICA Y DE LA PREVENCIÓN DE LA CORRUPCIÓN

| | |
|---|-----|
| CLAUDIO DE CASTRO PANOEIRO | 119 |
| 1 Introducción..... | 119 |
| 2 Antecedentes de la transparencia | 121 |
| 3 La transparencia como elemento a la regeneración democrática y a la prevención de la corrupción | 126 |
| 4 La agenda de los altos directivos como objeto de la transparencia | 129 |
| 5 Conclusión..... | 134 |
| Referencias | 134 |

ORIGEN, ORGANIZACIÓN Y FUNCIONAMIENTO DE LA ABOGACÍA GENERAL DEL ESTADO DE ESPAÑA

| | |
|--------------------------------------|-----|
| CONSUELO CASTRO REY | 139 |
| 1 Origen | 139 |
| 2 Organización y funcionamiento..... | 141 |
| Bibliografía | 151 |

O CASO DO AMIANTO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

| | |
|---|-----|
| DAIANE NOGUEIRA LIRA, ILDEGARD HEVELYN DE OLIVEIRA ALENCAR | 153 |
| 1 Introdução | 153 |
| 2 Histórico legislativo | 154 |
| 3 A discussão no STF | 156 |
| 3.1 A primeira fase: análise exclusivamente sob a perspectiva formal..... | 156 |
| 3.2 A segunda fase: a superação da análise puramente formal..... | 157 |
| 3.3 A audiência pública | 158 |
| 3.4 A terceira fase: a declaração de inconstitucionalidade incidental da Lei nº 9.055/95 e a constitucionalidade das leis locais..... | 159 |
| 3.4.1 A retomada dos julgamentos e os impasses..... | 159 |
| 3.4.2 O desfecho e a solução dos impasses: o voto-vista do Ministro Dias Toffoli | 161 |
| 4 As reflexões inspiradas pelo caso do amianto | 163 |
| 4.1 Um julgamento, muitas reflexões | 163 |
| 4.2 Sobre os limites da competência dos estados nas matérias de competência concorrente sobre as quais já exista lei geral federal | 164 |
| 4.3 Sobre a possibilidade de controle incidental nas ações de controle concentrado com eficácia <i>erga omnes</i> e efeito vinculante | 167 |
| 5 Conclusões..... | 171 |
| Referências..... | 172 |

TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE JUSTIÇA

| | |
|--------------------------------|-----|
| EDUARDO S. TOLEDO | 173 |
|--------------------------------|-----|

EXTRAFISCALIDADE E O DOGMA DO LEGISLADOR NEGATIVO: AVANÇOS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

| | |
|--|-----|
| EURO SABINO DE AZEVEDO, LUCILENE RODRIGUES SANTOS | 179 |
| 1 Introdução | 179 |
| 2 Tributação e Estado Democrático de Direito | 180 |
| 3 Extrafiscalidade e sistema federativo | 181 |
| 4 Extrafiscalidade e princípio da isonomia..... | 183 |
| 5 Princípio da isonomia e o dogma do legislador negativo..... | 185 |
| 6 Princípio da separação de poderes e políticas públicas | 186 |

| | | |
|---|--|-----|
| 7 | Avanços no emprego de técnicas de decisão aditivas ou modificativas em matéria tributária..... | 187 |
| 8 | Conclusão | 189 |
| | Referências..... | 190 |

APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA LEI FEDERAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO (LEI Nº 9.784/1999) AOS ESTADOS-MEMBROS E MUNICÍPIOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA FEDERAÇÃO E DA REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS

| | | |
|---|--|------------|
| FERNANDO MENEZES DE ALMEIDA, MARIANA AUGUSTA DOS SANTOS ZAGO | | 193 |
| 1 | Introdução | 193 |
| 2 | Retomando o argumento: distinção entre analogia <i>legis</i> e analogia <i>juris</i> e a supressão de lacuna do direito estadual por analogia em relação ao Direito Federal, em especial ao art. 54 da Lei nº 9.784/1999 | 195 |
| 3 | Federação após a Constituição Federal de 1988: continuidade, complexidade, indefinição | 202 |
| 4 | A aplicabilidade da Lei nº 9.784/1999 na visão do Superior Tribunal de Justiça: uma temática a ser revisitada | 206 |
| 5 | Conclusão | 214 |
| | Referências..... | 215 |

A COLABORAÇÃO PREMIADA VISTA POR UM PROCESSUALISTA CIVIL

| | | |
|----------------------------------|---|------------|
| FLÁVIO LUIZ YARSELL | | 217 |
| 1 | Introdução | 217 |
| 2 | Natureza jurídica do acordo de colaboração..... | 218 |
| 3 | Conteúdo do acordo de colaboração: negócio jurídico de direito material ou processual?..... | 221 |
| 4 | Regime de validade do acordo de colaboração (como negócio processual e substancial) e do respectivo ato homologatório | 224 |
| 5 | Limites objetivos e subjetivos da eficácia do acordo de delação e respectiva homologação. Eficácia preclusiva e imutabilidade | 232 |
| | Referências..... | 240 |

A JUSTIÇA E O QUE PERMANECE – UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A VERDADE E SUAS AUSÊNCIAS

| | | |
|------------------------------|--|------------|
| GABRIEL CHALITA | | 243 |
| | Introdução | 243 |
| 1 | Sobre a permanência..... | 244 |
| 2 | Sobre os <i>Olhos que condenam</i> | 245 |
| 3 | Precipitação e preconceito..... | 247 |
| 4 | Sobre a justiça | 249 |
| 5 | Sobre os acusadores | 251 |
| | Conclusão | 254 |
| | Referências..... | 254 |

DEBATES NECESSÁRIOS À EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ACERCA DOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO

| | | |
|-------------------------------------|---|------------|
| GILMAR FERREIRA MENDES | | 257 |
| 1 | Introdução | 257 |
| 2 | A jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal e a necessidade de sua reanálise | 258 |
| 3 | Debates necessários à evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal | 259 |
| 3.1 | Possibilidade de anulação do acordo | 259 |
| 3.2 | Possibilidade de questionamento por terceiros delatados..... | 261 |
| 4 | Conclusão | 263 |
| | Referências..... | 264 |

JUDICIALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA E DEMOCRACIA

| | | |
|---------------------------------------|--|------------|
| GRÉGORE MOREIRA DE MOURA | | 265 |
| | Introdução | 265 |
| | Evolução da judicialização no Brasil | 266 |
| | Judicialização da Previdência..... | 268 |
| | Algumas causas da judicialização da Previdência..... | 272 |
| | A PEC nº 6/2019 e sua influência nas ações previdenciárias | 275 |
| | Conclusão | 280 |
| | Referências..... | 281 |

CONCILIAÇÃO NAS AÇÕES ORIGINÁRIAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

| | | |
|---|---|------------|
| HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA, RITA DIAS NOLASCO | | 283 |
| | Introdução | 283 |
| 1 | A importância das soluções pacíficas das controvérsias pelo Judiciário | 285 |
| 2 | O relevante papel do Supremo Tribunal Federal como tribunal da Federação | 288 |
| 3 | A missão de buscar soluções pacíficas das controvérsias nos casos que colocam em risco o pacto federativo: tentativas de conciliação realizadas pelo Supremo Tribunal Federal | 291 |

| | |
|------------------------|-----|
| Notas conclusivas..... | 294 |
| Referências..... | 294 |

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, O SISTEMA DE JUSTIÇA E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CONCILIAR A DIMENSÃO JURÍDICA COM A ÉTICA

| | |
|--|-----|
| HUMBERTO MARTINS | 297 |
| 1 Introdução: os desafios do Poder Judiciário e as promessas da inteligência artificial..... | 297 |
| 2 O conceito de inteligência artificial..... | 301 |
| 3 Do conceito de sistema perito ao conceito de aprendizado de máquina..... | 303 |
| 4 A aplicação da inteligência artificial nas atividades jurídicas | 304 |
| 4.1 Descoberta preditiva..... | 304 |
| 4.2 Pesquisa jurídica..... | 305 |
| 4.3 Geração de documentos jurídicos..... | 306 |
| 4.4 Geração de resumos de casos e descrições..... | 306 |
| 4.5 Predição de resultados de processos judiciais | 307 |
| 5 Conclusão | 307 |
| Referências..... | 308 |

PARTIDOS POLÍTICOS – ESTUDO EM HOMENAGEM AO MINISTRO JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI

| | |
|--|-----|
| JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR | 311 |
| Introdução | 311 |
| 1 Partidos políticos no constitucionalismo | 312 |
| 1.1 Antecedentes remotos dos partidos políticos | 312 |
| 1.2 Partidos políticos nos EUA | 314 |
| 1.3 Universalização do voto e partidos políticos ideológicos | 316 |
| 2 Partidos políticos no quadro institucional..... | 317 |
| 2.1 Partidos políticos e sistemas de governo | 317 |
| 2.2 Partidos políticos e sistemas eleitorais | 318 |
| 2.3 Partidos políticos e controle de constitucionalidade..... | 319 |
| Conclusão | 321 |
| Referências..... | 323 |

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AUTONOMIAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO

| | |
|---|-----|
| JOSÉ MAURICIO CONTI | 325 |
| 1 Considerações introdutórias..... | 325 |
| 2 Independência e autonomia do Poder Judiciário | 326 |
| 3 A autonomia administrativa do Poder Judiciário | 328 |
| 4 A autonomia financeira do Poder Judiciário..... | 329 |
| 4.1 Autonomia financeira do Poder Judiciário: fase de elaboração orçamentária | 329 |
| 4.2 Autonomia financeira do Poder Judiciário: fase de execução orçamentária | 333 |
| 5 Síntese conclusiva..... | 334 |
| Referências..... | 335 |

O ELOGIO DE PIERO CALAMANDREI COMO UMA PERENE HOMENAGEM AOS JUÍZES DE TODAS AS ÉPOCAS

| | |
|--|-----|
| JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI | 337 |
| Referências | 341 |

A SOLUÇÃO CONSENSUAL DO INTERESSE PÚBLICO

| | |
|---|-----|
| KAZUO WATANABE, DALDICE SANTANA, BRUNO TAKAHASHI | 343 |
| Introdução | 343 |
| 1 O dever da Administração de solucionar seus conflitos | 344 |
| 2 A pretensa indisponibilidade do interesse público..... | 345 |
| 3 A responsabilidade da autoridade administrativa pela preservação do interesse público | 348 |
| 3.1 Qual é o interesse público? | 349 |
| 3.2 Quem decide em nome da Administração? | 350 |
| Conclusão | 352 |
| Referências..... | 353 |

A IMPORTÂNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

| | |
|--|-----|
| LUIS FELIPE SALOMÃO | 355 |
| 1 Introdução | 355 |
| 2 Principais casos julgados pelo TSE – Um pouco da história..... | 356 |
| 3 Os novos desafios da Justiça Eleitoral..... | 359 |
| Referências..... | 363 |

OS TRÊS PAPÉIS DESEMPENHADOS PELAS SUPREMAS CORTES NAS DEMOCRACIAS CONSTITUCIONAIS CONTEMPORÂNEAS

| | |
|--|-----|
| LUÍS ROBERTO BARROSO | 365 |
| Nota prévia..... | 365 |
| 1 Introdução | 366 |
| 2 Os papéis desempenhados pelas supremas cortes e tribunais constitucionais | 366 |
| 2.1 O papel contramajoritário | 368 |
| 2.2 O papel representativo | 370 |
| 2.3 O papel iluminista | 375 |
| 3 Conclusão | 383 |

LEITURAS CONSTITUCIONAIS DA ABSOLVIÇÃO GENÉRICA DIANTE DA SOBERANIA DO JÚRI

| | |
|--|-----|
| LUÍZ EDSON FACHIN, PAULO MARCOS DE FARIAS | 385 |
| Apresentação | 385 |
| 1 Notas introdutórias acerca do Tribunal do Júri..... | 385 |
| 2 Reforma no procedimento do Tribunal do Júri pela Lei nº 11.689/2008 e suas repercussões no sistema de quesitação.... | 387 |
| 3 Aplicação do quesito genérico e sua compreensão pretoriana | 389 |
| 4 Enfrentamento de problemática de maior dimensão quanto à eficácia do veredicto absolutório do Conselho de Sentença..... | 392 |
| 5 Possíveis caminhos constitucionais no tema | 396 |
| 6 Conclusão e importância do enfrentamento da controvérsia | 399 |
| Palavras de encerramento | 400 |

PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL

| | |
|---|-----|
| MARCELO KOKKE | 401 |
| Introdução | 401 |
| 1 Organização do território e gestão ambiental..... | 402 |
| 2 Análise técnica e deferência administrativa na gestão ambiental..... | 406 |
| 3 Precaução: entre a gestão do risco e o direito do medo..... | 411 |
| 4 Precaução e gestão do risco segundo o Supremo Tribunal Federal | 416 |
| Conclusão | 420 |
| Referências..... | 421 |

ESTRUTURAÇÃO E AUTONOMIA DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO E CIDADANIA – CEJUSC COMO ATIVIDADE-FIM DO PODER JUDICIÁRIO (ALTERAÇÃO NA RESOLUÇÃO Nº 219/CNJ): MAIS UMA MEDIDA PARA A CONSOLIDAÇÃO DOS MECANISMOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO

| | |
|---|-----|
| MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI | 425 |
| 1 Introdução | 425 |
| 2 A estruturação e autonomia dos Cejusc como importante instrumento para a superação da resistência à utilização dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos | 428 |
| 3 Considerações finais | 435 |
| Referências..... | 436 |

INOVAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA NO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA AO INCORPORAR A AGENDA GLOBAL 2030 NO PODER JUDICIÁRIO

| | |
|---------------------------------------|-----|
| MARIA TEREZA UILLE GOMES | 439 |
| Inovador..... | 439 |
| Transparente | 443 |
| Eficiente | 443 |
| Considerações finais | 444 |

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR DEMOCRÁTICO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

| | |
|---|-----|
| MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES | 447 |
| Introdução | 447 |
| A cláusula do interesse público e o direito administrativo sancionador..... | 448 |
| O direito administrativo sancionador sob a égide do Estado Democrático de Direito | 451 |
| A consensualidade no âmbito da Lei de Improbidade Administrativa | 457 |
| Notas conclusivas | 460 |
| Referências..... | 461 |

O PARADOXO DAS CLÁUSULAS PÉTREAS: ENTRE A PROTEÇÃO DOS VALORES FUNDAMENTAIS DA SOCIEDADE E A EXCLUSÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS GERAÇÕES FUTURAS NO JOGO DEMOCRÁTICO

| | |
|---|-----|
| OG FERNANDES, FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER, RODRIGO FALCÃO DE OLIVEIRA ANDRADE ... 463 | |
| 1 Introito | 463 |

| | | |
|----|--|-----|
| 2 | Breve referência às cláusulas pétreas no direito estrangeiro | 464 |
| 3 | A razão de ser das cláusulas de imutabilidade..... | 465 |
| 4 | As cláusulas pétreas no Brasil | 466 |
| 5 | Aspectos positivos e negativos das limitações materiais ao poder de reforma | 467 |
| 6 | A teoria da dupla revisão | 469 |
| 7 | O paradoxo das cláusulas pétreas | 471 |
| 8 | Análise da legitimidade das cláusulas de imutabilidade no regime democrático | 472 |
| 9 | O papel do STF na delimitação das cláusulas pétreas | 474 |
| 10 | Conclusão | 479 |
| | Referências..... | 481 |

DIGNIDADE HUMANA E DIREITO PRIVADO CONTEMPORÂNEO: A CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 363.889

| | |
|---|-----|
| OTAVIO LUIZ RODRIGUES JR. | 485 |
| Introdução | 485 |
| 1 O Recurso Extraordinário nº 363.889: elementos descritivos e fundamentos do acórdão | 486 |
| 2 A questão da dignidade humana e os efeitos do Recurso Extraordinário nº 363.889 no âmbito da doutrina e da jurisprudência..... | 491 |
| 3 Dignidade humana e Recurso Extraordinário nº 363.889: quatro razões para sua dispensabilidade como instrumento de fundamentação retórica | 494 |
| Referências..... | 497 |

TRIBUNAIS SUPERIORES E *STANDARDS* DE PROVA

| | |
|--|-----|
| PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON | 499 |
| 1 Introdução | 499 |
| 2 Tribunais superiores e o julgamento de recursos em matéria probatória | 500 |
| 3 Precedentes e <i>standards</i> probatórios | 506 |
| 4 Encerramento | 508 |
| Referências..... | 508 |

COLABORAÇÃO PREMIADA: OS PARTICULARES CONTORNOS PENAIIS DE UM NEGÓCIO JURÍDICO

| | |
|---|-----|
| RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA | 511 |
| Introdução | 511 |
| 1 As primeiras previsões e os primeiros acordos de delação premiada | 512 |
| 2 A mudança de foco – Os acordos de colaboração premiada | 513 |
| 3 O voto e a construção do Ministro Dias Toffoli no HC nº 127.483/PR | 516 |
| 4 Um futuro possível, mais seguro e mais controlável..... | 519 |
| Referências..... | 522 |

O JUIZ COM TOGA E O RESPEITO À SEGURANÇA JURÍDICA

| | |
|---|-----|
| RICHARD PAE KIM | 525 |
| 1 Introdução | 525 |
| 2 A segurança jurídica e seu conteúdo..... | 526 |
| 3 Considerações gerais sobre a teoria da nulidade, a ponderação e os limites interpretativos a garantir a segurança jurídica | 530 |
| 4 Ministro Dias Toffoli e sua visão sobre segurança jurídica e respeito à separação de poderes | 535 |
| 5 Considerações finais | 547 |
| Referências..... | 548 |

AS FRICÇÕES ENTRE O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E OS DEMAIS PODERES: AUTOCONTENÇÃO E PRUDÊNCIA

| | |
|---|-----|
| RODRIGO CAPEZ | 551 |
| 1 O Ministro Dias Toffoli e o papel moderador da jurisdição constitucional | 551 |
| 2 As fricções inerentes ao exercício da jurisdição constitucional..... | 552 |
| 3 A liberdade de conformação do legislador | 553 |
| 4 O controle jurisdicional das opções políticas fundamentais dos demais poderes | 554 |
| 5 Deslocamento do baricentro do poder e comprometimento do diálogo institucional | 557 |
| 6 A autocontenção da jurisdição constitucional como forma de distensionar a relação entre os poderes | 560 |
| 7 Conclusão | 563 |
| Referências..... | 563 |

A NATUREZA JURÍDICA DO ACORDO DE LENIÊNCIA DA LEI ANTICORRUPÇÃO

| | |
|--|-----|
| RODRIGO FIGUEIREDO PAIVA | 565 |
| 1 Introdução | 565 |
| 2 Os antecedentes históricos da Lei Anticorrupção | 566 |
| 3 Do acordo de leniência enquanto <i>processo administrativo de negociação do acordo de leniência</i> | 571 |

| | | |
|---|---|-----|
| 4 | Do acordo de leniência materializado no termo de acordo de leniência | 576 |
| 5 | Da natureza jurídica da multa administrativa aplicada por meio do acordo de leniência | 579 |
| 6 | Conclusão | 581 |

O JUDICIÁRIO E O COMBATE À CRIMINALIDADE

SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR..... 583

| | | |
|---|----------------------|-----|
| 1 | Introdução | 583 |
| 2 | Desenvolvimento..... | 583 |
| 3 | Conclusão | 588 |
| | Referências..... | 588 |

CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO DESCUMPRIMENTO DO ACORDO DE LENIÊNCIA PELO ESTADO E OS MECANISMOS DE GARANTIA À EXECUÇÃO CONTRATUAL E DE PROTEÇÃO À EMPRESA COLABORADORA

SEBASTIÃO BOTTO DE BARROS TOJAL..... 591

| | | |
|---|---|-----|
| 1 | Introdução | 591 |
| 2 | Natureza jurídica dos acordos de leniência da Lei nº 12.846/2013..... | 592 |
| 3 | Estrutura dos acordos de leniência em relação às obrigações estabelecidas e o cenário de insegurança jurídica para as empresas lenientes – O descumprimento estatal dos termos pactuados e a inexistência de disciplina das consequências jurídicas decorrentes | 597 |
| 4 | Consequências jurídicas do descumprimento dos acordos pelo Estado – A revisão-sanção das obrigações como mecanismo de proteção às empresas colaboradoras e garantia à execução contratual | 601 |
| 5 | Conclusões..... | 605 |
| | Referências..... | 606 |

PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO

SERGIO PINTO MARTINS..... 607

| | | |
|-------|---|-----|
| 1 | Histórico | 607 |
| 2 | Evolução legislativa no Brasil..... | 608 |
| 3 | Etimologia | 609 |
| 4 | Denominação | 609 |
| 5 | Conceito | 609 |
| 6 | Distinção | 609 |
| 7 | Classificação | 610 |
| 8 | Autoaplicabilidade..... | 611 |
| 9 | Objetivos | 613 |
| 10 | Vantagens e desvantagens | 614 |
| 11 | Implantação..... | 615 |
| 12 | Direito estrangeiro e internacional | 616 |
| 12.1 | Constituições..... | 616 |
| 12.2 | Alemanha | 616 |
| 12.3 | Chile | 617 |
| 12.4 | Colômbia | 617 |
| 12.5 | Cuba | 618 |
| 12.6 | Dinamarca | 618 |
| 12.7 | Espanha..... | 618 |
| 12.8 | França..... | 618 |
| 12.9 | Inglaterra | 619 |
| 12.10 | Itália..... | 619 |
| 12.11 | Noruega | 620 |
| 12.12 | Peru..... | 620 |
| 12.13 | Portugal | 620 |
| 12.14 | Suécia | 621 |
| 12.15 | Venezuela..... | 621 |
| 12.16 | União Europeia | 621 |
| 12.17 | OIT | 621 |
| 13 | Conclusões | 622 |
| | Referências..... | 624 |

FAKE NEWS, FAIR PLAY ELEITORAL E DEMOCRACIA

SÉRGIO SILVEIRA BANHOS..... 625

| | | |
|---|--|-----|
| 1 | Introdução | 625 |
| 2 | Uma sociedade conectada..... | 627 |
| 3 | Desafios para a democracia brasileira..... | 628 |
| 4 | Conclusão | 629 |
| | Referências..... | 630 |

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A CRISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

| | |
|--|-----|
| TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO, INGRID NEVES REALE | 633 |
| 1 Considerações iniciais..... | 633 |
| 2 Sobre a finalidade da pena..... | 634 |
| 3 Principais indicadores do sistema penitenciário brasileiro..... | 635 |
| 4 Custos do sistema penitenciário nacional..... | 640 |
| 5 Estado de coisas inconstitucional – MC-ADPF nº 347/DF | 641 |
| 6 Responsabilidade civil extracontratual do Estado | 642 |
| 7 Prisão temporária como <i>ultima ratio</i> | 644 |
| 8 Pacote de leis anticrime | 645 |
| 9 Prisões federais | 647 |
| 10 Resoluções da Corte Interamericana de Direitos Humanos | 649 |
| 11 Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac..... | 652 |
| 12 Medidas recentes adotadas pelos Estados Unidos e pela França no combate à superpopulação carcerária | 654 |
| 12.1 Estados Unidos | 654 |
| 12.2 França | 654 |
| 13 Considerações finais | 655 |
| Referências..... | 656 |

A UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO COMO MECANISMOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E GARANTIA DA CELERIDADE PROCESSUAL

| | |
|--|-----|
| VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO, FELIPE DE BRITO BELLUCO | 659 |
| 1 Introdução | 659 |
| 2 Sistemas de informação como instrumentos de efetivação constitucional e do papel do Conselho Nacional de Justiça na busca da concretização do acesso à justiça e celeridade processual | 661 |
| 3 Conclusão | 663 |
| Referências..... | 664 |

FAZER JUSTIÇA É POSSÍVEL?

| | |
|--|-----|
| VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA | 665 |
| Referências | 674 |

CORRUPÇÃO E SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL: ALGUMAS NOTAS SOBRE A SUA NECESSIDADE E (IN)SUFICIÊNCIA

| | |
|---|-----|
| VANIR FRIDRICZEWSKI | 677 |
| Introdução | 677 |
| 1 Compreensão do fenômeno corrupção a partir de suas consequências | 677 |
| 2 Corrupção e funções do direito penal..... | 681 |
| 3 A eficácia do sistema de justiça penal brasileiro: breves apontamentos..... | 684 |
| Conclusão | 687 |
| Referências..... | 688 |

| | |
|-------------------------------|-----|
| SOBRE OS AUTORES | 691 |
|-------------------------------|-----|